

## **ATA SIMPLIFICADA**

### **10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DE ORÇAMENTO E DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU (CGOP1G)**

**Assunto:** 10ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor de Orçamento e de Priorização do Primeiro Grau (CGOP1G) – Gestão 24/25

**Data:** 25/09/2025 – quinta-feira

**Horário:** 11h30 às 12h30

**Local:** Via Teams

#### **Participantes**

- Daniele Machado Toledo, Juíza de Direito, Coordenadora do Comitê
- Denise Indig Pinheiro, Juíza de Direito
- Elisa Leonesi Maluf, Juíza de Direito
- Emerson Luiz Ferreira Franco, Oficial de Justiça
- Fabiana Araújo Moreira, Deplan/SPR6
- Lilian Cristina de Castro Tramontini, Supervisora da Comarca de Gália
- Patricia Tiuman de Souza Carvalho, Secretária da SPI
- Rafael Reis, Coordenador do 9º Ofício Cível de Guarulhos
- Renato Siqueira de Pretto, Juiz Assessor da Corregedoria
- Tarcisio dos Santos, Escrevente Técnico Judiciário – DAI 3.1
- Vanessa Cristina Martiniano, Secretária da SGP

#### **Principais Assuntos conversados**

A reunião foi iniciada pela Dra. Daniele Machado Toledo que solicitou à Sra. Fabiana Moreira apresentasse os pontos a serem analisados em relação aos subgrupos:

- Estudo sobre Carreira dos magistrados: previsão de reunião com a Presidência para apresentação do estudo de carreira dos magistrados
- II módulo do curso de Gestão: alinhamento com assessores de TI e

palestrantes externos a participação no curso do II módulo de gestão;

- Setores Técnicos: confirmação sobre a tramitação do projeto dos setores técnicos no Comitê ou junto ao Centro de Inteligência;
- Projeto de Residência Jurídica: Conclusão da análise da viabilidade do processo seletivo da Residência Jurídica em parceria com a VUNESP
- Qualidade do trabalho – incentivo a estudos de pós-graduação para magistrados: comentários das respostas ao questionário sobre interesse para qualificação dos magistrados

### **Resumo detalhado da reunião**

A Coordenadora do Comitê, Dra. Daniele Machado Toledo, iniciou a reunião ordinária para tratar das pautas previamente estabelecidas. Informou que o estudo sobre a carreira dos magistrados, elaborado pela Diretoria de Planejamento Estratégico (DEPLAN) em conjunto com a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEMA), poderá subsidiar a Presidência do TJSP em futuras deliberações acerca de eventuais alterações na carreira. A coordenadora do Comitê se comprometeu a agendar reunião com a Presidência para apresentação dos resultados.

No tocante ao segundo módulo do curso de gestão, foi informado que o Professor Bruno, que participou do primeiro módulo, não poderá integrar esta nova fase. A coordenadora esclareceu que ainda aguarda resposta do Professor Pedro Mandelli e solicitou que os integrantes do Comitê indicassem nomes para eventual substituição, especificamente para ministrar palestra sobre gestão de pessoas com foco no Poder Judiciário. A Sra. Vanessa, representante da SGP, indicou a Sra. Denise de Moura, comprometendo-se a fornecer seus contatos para envio de convite.

Sobre o projeto dos setores técnicos, o Dr. Renato Siqueira de Pretto, Juiz Assessor da Corregedoria, informou que o Corregedor manteve contato com a Defensoria Pública da União, que teria manifestado disponibilidade para custear as perícias psicológicas. Reconheceu-se, entretanto, a dificuldade na averbação e no alcance da medida, sendo possível mitigar o problema atualmente existente restringindo a oferta às comarcas com maior déficit, em razão do atraso substancial enfrentado. Deliberou-se que o projeto será viabilizado diretamente pelo Comitê, e será

reiterada à Corregedoria a recomendação de que os processos sejam encaminhados aos setores técnicos apenas quando houver beneficiários da gratuidade da justiça, conforme deliberação já adotada em gestão anterior. A Sra. Patrícia informou que verificará a normativa mencionada pelo Dr. Renato e examinará eventuais descumprimentos, analisando também a produtividade como critério de aferição dos casos de maior déficit. Considerando essas informações, ficou afastada a necessidade de elaboração de minuta específica sobre o projeto.

Em relação ao projeto de Residência Jurídica, a Secretária de Gestão de Pessoas, Sra. Vanessa Martiniano, apresentou estudo sobre a viabilidade de realização de processo seletivo, já considerando a alteração promovida pela Resolução CNJ nº 635/2025. Foram analisadas duas alternativas: a realização do certame pela VUNESP, que já possui previsão contratual para tanto, dispensando aditamento, mas exigindo pagamento de inscrição e sem possibilidade de provas on-line; ou pela empresa Superestágio, que realiza prova on-line, cobrando valor fixo por residente contratado, hipótese que demandaria aditamento contratual e comprovação de valor de mercado. A tendência da assessoria técnica é de adoção do modelo da VUNESP.

Ressaltou-se que a referida resolução limitou a contratação de residentes a dez por cento do número de servidores da área judiciária, o que atualmente corresponde a aproximadamente 3.500 vagas, além de estabelecer reserva de cotas para negros, indígenas, pessoas com deficiência e mulheres. Foi ponderado que a exigência de perícias presenciais poderia atrasar contratações, mas que a situação poderia ser resolvida mediante apresentação de documentos. A resolução prevê apenas o pagamento de bolsa-auxílio e vale-transporte, vedando qualquer remuneração superior a três salários mínimos.

Quanto à lotação, foram citadas experiências de outros tribunais: no TJSC, realiza-se audiência pública para escolha das vagas por ordem de classificação; no TJPR, elabora-se edital específico para cada vaga, permitindo a escolha pelo magistrado orientador. Foi apresentada ainda proposta de trilha formativa para os residentes: uma etapa inicial e obrigatória de caráter preparatório; outra fundamental, voltada ao desenvolvimento de habilidades específicas, como elaboração de minutas e trabalho em unidades de processamento judicial; e uma complementar, composta por cursos e tutoriais úteis, como Excel, ANPP e balcão virtual.

Também foi apresentado quadro comparativo sobre os valores possíveis de bolsa-auxílio e os respectivos impactos orçamentários para o Tribunal. Ao final, discutiu-se proposta de alterações na minuta da resolução da residência jurídica,

especificamente quanto à avaliação de desempenho, sugerindo-se que o magistrado orientador seja responsável pela avaliação quando da rescisão ou término do contrato, e que o modelo de avaliação conste do regulamento. Deliberou-se que a contratação seja de até seis horas diárias, com limite de trinta e seis meses, sendo exigido o mínimo de doze meses de vínculo para expedição de certificado. Informou-se que a expectativa é de conclusão da análise de viabilidade até o final de julho/2026, ficando a definição sobre critérios de priorização das unidades ou organização por regiões pendente de decisão final.

Por fim, tratou-se da realização da pesquisa referente ao questionário aplicado aos magistrados, com o objetivo de avaliar o incentivo à participação de cursos de pós-graduação. Foram recebidas 202 respostas, com comentários relevantes sobre dificuldades enfrentadas e sugestões de aprimoramento. O material será analisado em reunião do subgrupo de motivação, convocada para ocorrer imediatamente após o encerramento desta.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata.

## **Compromissos Firmados**

### **Plano de Carreira dos magistrados**

- Dra. Daniele Toledo agendará uma data com a Presidência para exibir a atualização do modelo do estudo de carreira dos magistrados;

### **Curso de Gestão da EPM**

- Recebimento de indicações de palestrantes para II módulo do curso de Gestão pela Sra. Vanessa Martiniano (SGP)

### **Estudo dos Setores Técnicos:**

- Apresentação de normativo e estudo de produtividade dos setores técnicos pela Sra. Patrícia Tiuman (SPI)

**Projeto de Residência Jurídica:**

- A SGP prosseguirá à análise contratual para o programa de Residência Jurídica

**Próxima reunião:**

Agendada para o dia 27 de novembro de 2025, às 10h30.

(Nada mais, eu, Fabiana Moreira, servidora da Diretoria de Planejamento Estratégico, minutei a presente ata, que foi conferida e assinada digitalmente pela Dra. Daniele Machado Toledo, Coordenadora do CGOP1G).